

XI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO
GT 01 – EXPERIÊNCIAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM DIREITO
URBANÍSTICO; TEORIA DO DIREITO URBANÍSTICO SEUS OBJETIVOS E
PRINCÍPIOS; INTERSECÇÕES E ARTICULAÇÕES COM OS DEMAIS RAMOS E
TEORIAS DO DIREITO

ESPAÇOS PÚBLICOS PARA PRIMEIRA INFÂNCIA: CARTILHA DE PRÁTICAS
COLABORATIVAS

Ísis Detomi¹
Ana Laura Souza Vargas²

O “BRA-2020-022 IDB Technical Assistance for Urban95” foi um projeto colaborativo, a partir de um chamamento público realizado em 2021, produzido por meio de parceria técnica entre o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e a Fundação Bernard van Leer (FBvL). Teve por objetivo desenvolver, implementar e ampliar soluções inovadoras e sustentáveis de mobilidade e espaço público, com enfoque no desenvolvimento de crianças entre 0 e 6 anos por meio da inclusão do conceito de primeira infância nas estratégias de planejamento urbano.

Desta forma, este trabalho relata a experiência de um grupo de pesquisadores³ que participou e foi aceito no referido concurso. Foi desenvolvida uma cartilha lúdica e acessível, que visava incentivar comunidades e o poder público a cocriarem novas formas de uso e ocupação de espaços públicos existentes, considerando as demandas da primeira infância. Apresentou-se passos para: criação de redes, mapeamento colaborativo do território, atividades, práticas e brincadeiras, tendo o entendimento que o cuidado com as crianças estimula a promoção de cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis na América Latina.

Saliento a importância de tal experiência de ensino, pelo projeto colaborativo que se mostra como um significativo instrumento de escolha de ideias e como parte de um processo próprio do estado democrático e de direito. Podemos dizer, de maneira geral, que visa contribuir para o aprimoramento da produção do espaço urbano, para o reconhecimento social e para um exercício de disseminação de boas práticas, permitindo a discussão coletiva e pública com os valores intrínsecos e fundamentais, que defende a produção, a implementação e a extensão de soluções técnicas com enfoque no desenvolvimento do coletivo, no caso da experiência das crianças. Considerando

¹ mestranda, UFSC, estudante bolsista, isidetomi@hotmail.com.

² mestranda, UFMG, estudante bolsista, souzavargasanalaura@gmail.com.

³ Este grupo de pesquisadores é composto por profissionais de diversas áreas de formação acadêmica - Arquitetura e Urbanismo, Direito, Ciência da Computação e História. Esses profissionais atuam em distintos campos exercendo atividades como arquitetos e urbanistas, professores de ensino médio e superior, policial militar, estagiários e bolsistas de iniciação científica. Outra característica desse grupo é ter a participação de doutores, doutorandos, pós-graduados, e alunos de graduação.

escutar e garantir o reconhecimento de crianças pequenas como cidadãos, fazendo erguer a voz e os argumentos claros do abismo para o qual se encaminham as cidades brasileiras, a persistirem os interesses escusos que se colocam. Reverter, portanto, essa inflexão dialogando e disseminando o potencial mobilizador.

Atentando-se para as desiguais condições que marcam a educação em nosso país, soma-se o contexto da pandemia Covid-19, em que as escolas brasileiras, fechadas há mais de um ano, faziam emergir novas dúvidas que suscitam contínuos diálogos em nossa equipe. Entende-se que o contexto pandêmico exaltou as desigualdades sociais presentes no contexto brasileiro e que, por isso, é necessário trabalhar em torno das comunidades mais vulneráveis relacionadas ao acesso à saúde pública e à educação. O projeto visa enaltecer um trabalho de mobilização comunitária em torno dos espaços públicos de modo a recuperar a potencialidade dos mesmos enquanto áreas de convivência, de encontro e da aproximação dos moradores e moradoras com o espaço em que vivem, gerando sentimentos de pertencimento e identificação com o espaço, situação inviabilizada pelo contexto da pandemia, em que as relações tiveram de se restringir ao espaço virtual.

Nesse caso, toda cidade deve ser dotada de espaços que potencializem encontros, trocas e compartilhamentos, que sejam capazes de mediar relações e de representar as inúmeras possibilidades de se viver naquele lugar, de cocriar, de agir e de brincar. Entender que mobilizar é convocar cotidianamente vontades, escolhas, decisões e ações por um objetivo comum⁴ é necessário para que possamos desenvolver novas relações com as cidades que habitamos e os lugares que frequentamos. Tal experiência do referido concurso nos faz querer, juntos, projetar consensos e estratégias para as nossas cidades, tendo em vista a valorização e inclusão de todas as vidas que compõem a primeira infância, independente da classe, raça ou gênero. Provocar e construir mudanças⁵, propor transformações em busca de uma vida mais justa, igualitária e inclusiva, construir a partir do coletivo, pelo coletivo e para o coletivo. Mobilizar é tudo isso e mais. Deve-se enfatizar nessa conjuntura, as décadas de 1980 e 90, em que foi construído um marco internacional e nacional relativo à consolidação das discussões sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, o que pode ser atestado pela Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (1989) e, no caso brasileiro, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Com base na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em 1996, o UNICEF e a UN-Habitat lançaram a iniciativa *Cidades Amigas da Criança*, com o propósito de criar uma rede com participação de órgãos de governo, sociedade civil, academia e outros.

Já no Brasil, alguns dos avanços significativos foram promovidos pelo ECA como a concepção de um desenvolvimento integral, que exige superar a divisão de áreas nas políticas públicas, a criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo da Infância e da Adolescência. No entanto, a integralização das políticas em torno das crianças e dos adolescentes ainda é um desafio cotidiano, nas esferas municipais, estaduais e federal. Procurando caminhos

⁴ TORO e WERNECK, 2004, p. 5.

⁵ Idem.

para a integralização das políticas, uma iniciativa importante criada pelo Unicef-Brasil, em 2008, foi a Plataforma dos Centros Urbanos (PCU), na busca de um modelo de desenvolvimento inclusivo das grandes cidades que reduza as desigualdades que afetam negativamente a vida de suas crianças e de seus adolescentes, garantindo a cada um deles maior e melhor acesso à educação de qualidade, saúde, proteção e oportunidades de participação. Essa experiência mostra a importância do território e do fortalecimento das relações nas comunidades e da participação social e abre caminho para se pensar e produzir cidades democráticas, já que produzir cidades democráticas é também promover cidades inclusivas para as crianças.

Ao mesmo tempo, desde a década 1980, arquitetas como Dolores Hayden, iniciam a crítica feminista ao direito à cidade e ao padrão hegemônico de produção de cidades baseadas em modelos eurocêntricos, dirigidos ao homem branco hetero cis, altamente capitalizados. Tais abordagens ganham terreno e se somam às novas formas colaborativas de planejamento e gestão, às novas concepções - como as perspectivas das cidades educadoras até as recentes discussões acerca das cidades como espaços de cuidado. Em comum, essas perspectivas integram os valores da corresponsabilidade, respeito pela diversidade e igualdade de gênero.

Pensar em uma cidade amiga da criança é pensar em uma cidade para todos: com menos poluição, mais áreas verdes e que ofereça uma mobilidade mais livre, fácil e segura. Essa abordagem é capaz de unir várias pautas progressivas como o bem-estar, sustentabilidade, resiliência, igualdade de gênero e justiça social, atuando então como um catalisador para inovações urbanas.

Para além dos playgrounds, pensar, planejar, projetar e cocriar a cidade para as crianças é considerar que os parques, as ruas, calçadas e demais espaços urbanos podem e devem se adequar às suas necessidades. Priorizar a primeira infância no ambiente urbano é construir uma cidade que favoreça o desenvolvimento da criança e suas perspectivas, com impactos inclusive na vida adulta. Diante desse contexto, neste projeto voltamos nossos olhares para os espaços públicos a partir da perspectiva das crianças e acreditamos na necessidade de estimular as pessoas a se apropriarem dos mesmos, enquanto coletivo, para reafirmação do direito à cidade à todos e todas. Consideramos que os espaços públicos precisam de gente, gente com vontade de estar, compartilhar e brincar! Assim, nosso objetivo foi reunir crianças de 0 a 6 anos, seus familiares e cuidadores, em praças, ruas, largos, parques, jardins, cantinhos e lugares que estão por aí, pelo bairro.

Metodologicamente, optou-se por estabelecer uma linguagem gráfica em forma de cartilha, um material lúdico e acessível, como um instrumento de democratização do acesso ao saber e de sensibilização da comunidade para a prática e a ação, como podemos ver em algumas páginas do documento criado:

Figura 1

1/10

ESPAÇOS PÚBLICOS PARA PRIMEIRA INFÂNCIA: Cartilha de práticas colaborativas

Apresentação

Integrar com a vida da cidade, criar caminhos curiosos, pular nas poças de chuva, cheirar as folhas e flores dos canteiros... Estimular a vitalidade e o sentido de comunidade. Se você reparar, geralmente, é um local com crianças brincando que torna o espaço um lugar de afeto, mais seguro e igualitário.

A criança percebe o espaço buscando, inconscientemente, o seu direito de brincar e de descobrir. Dessa forma, estimular a percepção espacial dos pequenos na cidade é essencial. Quando as crianças participam e relacionam-se bem com o seu lugar de vivência, são mais propensas a compreender o mundo mais amplo. Afinal, a participação das crianças tem como base seu reconhecimento como sujeitos de direitos, atores sociais e geradores de cultura, o que significa que são construtoras da comunidade e da infância (DORTCH, 2011).

Cidades que escutam e priorizam as crianças também se tornam mais humanas, inclusivas e divertidas. Todos gostam de ruídos arborizados, grafismos interativos e caminhos floridos, e este é o cenário onde as crianças podem expressar suas ações, vontades e sua imaginação.

A cidade é o espaço das relações sociais, das rotinas, do imprevisto, da improvisação, do espontâneo, da convivência e dos encontros (SOBARZO, 2006). Deveria ser também um local receptivo às crianças, mas não é o que demonstra Nascimento (2018), quando discute sobre as relações entre a infância e a cidade. A autora evidencia a invisibilidade da infância no cotidiano das cidades e sugere uma maior participação das crianças nos espaços urbanos, não somente nas escolas, considerando o tradicional "lugar da criança", mas para além dessas.

Diante desse contexto, nosso objetivo é reunir crianças de 0 a 6 anos, seus familiares e cuidadores, em praças, ruas, largos, parques, jardins, canteiros e lugares que estão por aí, pelo seu bairro, pertinho de sua casa e que com a sua presença, o seu cuidado e da sua vizinhança pode ser tornar um lugar muito especial para as crianças.

Sabe aquele lugar que você adorava ir para brincar quando criança? Aquela espaço que você se lembra bem do cheiro, das pessoas, dos sons, das cores, das texturas, do brilho? Então, que tal criar um lugar como esse, bem pertinho de onde você vive ou trabalha, para que esse possa ser um espaço comum, para acolher a todos e que seja seguro, lúdico e criativo?

Fonte: galeria site arbo

Figura 2

5/10

ESPAÇOS PÚBLICOS PARA PRIMEIRA INFÂNCIA: Cartilha de práticas colaborativas

POUCO-ESCONDE

Para brincar de pique-esconde, as crianças devem se esconder e se salvar antes de serem encontradas. Um participante vai realizar a contagem de olhos fechados num espaço - chamado pique - enquanto os outros se escondem. Ao terminar a contagem, ele vai em busca das crianças escondidas, se encontrar alguém, deve correr para o pique e dizer o nome da pessoa. O participante que está escondido pode salvar o grupo ao correr para o pique e dizer "um, dois, três, salve todos", antes de ser encontrado.

VAI E VEM

Cada criança fica de um lado do vai e vem segurando as alças. Um participante "empurra" o vai e vem abrindo as mãos e o amigo deverá fazer o mesmo para devolver o objeto. Como fazer o vai e vem? Uma dica é utilizar garrafas PET: corte duas garrafas ao meio e junte as duas pontas com durex, formando o vai e vem; passe duas cordas por dentro do objeto e confeccione, em cada ponta, uma alça para segurar. As cordas podem ser feitas com barbante ou sisal, por exemplo. As crianças podem pintar o brinquedo e decorá-lo como a imaginação permitir.

PETECA

Para brincar de peteca, basta duas ou mais crianças e uma peteca. A principal regra do jogo é não deixá-la cair, de forma que cada participante a gireira pela base passando um para o outro. Que tal confeccionar a peteca com elementos encontrados no espaço público? Uma dica é fabricá-la com casca de banana: Pegue algumas cascas de banana, dobre uma parte da casca até ficar um pequeno volume, corte tudo peteca e embute numa trouzenho e volume dobrado, amare a ponta da peteca com fios da própria folha - ou com um barbante - após amarrar, coloque penas na ponta.

Biblioteca ao ar livre

"É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança" (Provérbio africano apud MATHIAS, 2006, p.12). É evidente a importância da leitura e das histórias no desenvolvimento infantil, tanto para amadurecimento cognitivo, quanto para capacidade de interpretar e imaginar além daquilo que se pode ver visto. Levar a leitura e a narração de histórias para o espaço público, em um grande convívio, é criar laços entre todos os moradores, além de proporcionar um espaço seguro de convivência entre as crianças.

- As famílias podem incentivar as crianças a levar os próprios livros - aqueles que elas tenham interesse em compartilhar com os colegas.
- Além do material levado de casa, pode ser interessante a contribuição das escolas locais.
- É uma oportunidade de valorizar os contadores de histórias e convidá-los para o evento.
- A organização dos livros deve priorizar o alcance dos pequenos, em bancas mesas, foras - como os de piquenique - e varia de corda amarradas entre árvores ou postes.

Intervenção no espaço público

Assim como as brincadeiras, é possível apenas apresentar dicas de como intervir no espaço público. Uma vez que cada canto apresenta potencialidades únicas e cada comunidade reserva traços afetivos singulares. Podem ser realizadas intervenções efêmeras ou a criação de mobiliários para aquele espaço. É imprescindível explorar a nossa inesgotável fonte de criatividade!

Após definir o que será construído ou montado é preciso conseguir o material necessário para execução. No dia da execução, a comunidade pode realizar em forma de mutirão e promover um evento para a inauguração da nova intervenção!

CANCORCA

Um simples brinquedo de sobe e desce provoca uma imensa diversão entre os pequenos. O brinquedo pode ser confeccionado com troncos de árvores, recortes de tábuas de madeira etc. Um exemplo é a gangorra de tronco de embauba, perfeito para a confecção por ter o caule oco, primeiro é selecionado um tronco de aproximadamente 5 metros de comprimento, na metade da parte, realiza-se um corte retilíneo para encaixar a base de madeira. Fixa-se um tronco de aproximadamente um metro de comprimento no chão, é realizado o encaixe das duas peças sem pregos ou parafusos, dessa forma o tronco fica solto para se mover para cima e para baixo, para um lado e para o outro.

CORDA

É incrível a diversidade de brincadeiras que podem ser feitas com corda, desde o simples ato de pular corda até a criação de obstáculos para que as crianças exerçam suas qualidades motoras e exploratórias. Para tanto, basta amarrar uma extensa corda (ou várias menores) entre árvores, postes, mobiliários fixos etc. A dica é manter várias alturas para que os pequenos passem por baixo, por cima, se amstrem pelo chão, pulem e reflitam sobre seu próximo movimento.

Fonte: galeria site arbo

Sonhamos novas perspectivas para os espaços, identificamos suas potencialidades, comunicamos, compartilhamos e cocriamos novos horizontes. Tornamos as cidades e os assentamentos mais humanos, inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis quando tratamos o espaço público com gentileza e leveza. Acreditamos que é possível mudar e mudamos, acreditamos que é possível mobilizar e mobilizamos! Não vencemos nossas cidades, usufruímos das mesmas, buscamos a representação e o abraço, criamos tempo para estar, para conviver, para interagir, para trocar, para

viver! Construimos e transformamos colaborativamente e coletivamente e, agora, somos um só movimento... o que nos resta se não brincar?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

TORO A., Jose Bernardo & WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social**: Um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Disponível em: <http://www.comcom.fac.unb.br/images/docs/mobilizacao-social-bernardo-toro-e-nisia-maria-duarte-werneck.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2021.

UNICEF. **Guia para a construção de Cidades Amigas das Crianças**. Comité Português para a UNICEF. Lisboa, set. 2016.